ATOS DA COORDENAÇÃO DE CADASTRO INCLUSÕES DE BENEFICIÁRIOS INDEFERIDAS (Por não ficar comprovada a condição de dependente, conforme disposto no art. 4º da Lei Complementar nº 64/02): Alessandra Marcia Ferreira, Ana Carolina Rodrigues de Araújo, Benedito Batista de Carvalho, Daisy Maria Afonso de Rezende, Danilo Portes, Elcio Gonçalves Dutra, Geraldo Magela Pereira, Guilherme Henrique Rodrigues Rocha, Laudelina Maria de Fátima, Maria Dalva Viana, Maria França de Oliveira, Patricia Aparecida Maciel.

14 1165553 - 1

ATOS DA GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. 201 da Lei 869 de 05/07/1952, por oito dias, dos servidores: Masp 1209372-0, Marlene Cordeiro, a partir de 30/10/2018; Masp 1073056-2, Rodrigo Alcântara Gonçalves, a partir de 23/10/2018; Masp 1180275-8, Andréia Fátima Morais, a partir de 27/10/2018. REGISTRA AFASTAMENTO POR MOTIVO DE CASAMENTO, nos termos da alínea “a” do art. 201 da Lei nº 869, de 5/7/1952, por oito dias, a servidora: Masp 1463237-6, Diana Bomtempo Nogueira, a partir de 09/09/2018. Maria das Dores Mendes dos Santos - Gerente de Recursos Humanos.

14 1165315 - 1

Secretaria de Estado de Saúde

Expediente

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.814, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.705, de 18 de abril de 2018, que aprova as regras de exceção referentes ao pagamento integral dos Programas Federais, da Rede de Urgência e Emergência regiões pela Portaria GM/MS de Consolidação nº 1, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Portaria GM/MS de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.219, de 21 de agosto de 2012, que institui as Regiões de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) para o Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.634, de 18 de novembro de 2013, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Sudeste no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.666, de 19 de novembro de 2013, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.160, de 20 de junho de 2012, que aprova a Rede de Atenção às Urgências da Macrorregião Norte no âmbito do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.669, de 6 de dezembro de 2013, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Centro-Sul no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.670, de 6 de dezembro de 2013, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Nordeste-Jequitinhonha no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.671, de 6 de dezembro de 2013, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Sul no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.107, de 14 de abril de 2015, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.754, de 18 de fevereiro de 2014, que aprova o financiamento tripartite do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), no âmbito da Região Ampliada de Saúde Sudeste;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.108, de 14 de abril de 2015, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.689, de 10 de dezembro de 2013, que aprova o financiamento tripartite do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), no âmbito da Região Ampliada de Saúde Sudeste;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.109, de 14 de abril de 2015, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.542, de 21 de agosto de 2013, que aprova o financiamento tripartite do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU-192), no âmbito da Região Ampliada de Saúde Centro-Sul;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.282, de 17 de fevereiro de 2016, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.103, de 18 de abril de 2012, que aprova o financiamento tripartite do SAMU-192 no âmbito da Macrorregião de Saúde Norte do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.288, de 16 de março de 2016, que aprova o Regimento Interno dos Comitês Gestores Regionais das Urgências das Regiões Ampliadas de Saúde no Estado de Minas Gerais, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.430, de 06 de dezembro de 2016, que altera o Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.288, de 16 de março de 2016, que aprova o regimento internos dos Comitês Gestores Regionais das Urgências das Regiões Ampliadas de Saúde no Estado de Minas Gerais, nos termos da Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.508, de 12 de julho de 2017, que aprova o financiamento tripartite do SAMU 192 no âmbito da Região Ampliada de Saúde Oeste do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.535, de 30 de agosto de 2017, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Oeste, no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, observado o disposto na Portaria GM/MS nº 1.600, de 07 de julho de 2011;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.610, de 28 de novembro de 2017, que aprova a Rede de Atenção às Urgências e Emergências da Região Ampliada de Saúde Centro no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.617, de 06 de dezembro de 2017, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Noroeste no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.618, de 06 de dezembro de 2017, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Triângulo do Norte no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.641, de 22 de dezembro de 2017, que aprova a Rede de Urgência e Emergência da Região Ampliada de Saúde Leste do Sul no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.644, de 26 de dezembro de 2017, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG

nº 1.926, de 20 de agosto de 2014, que aprova o financiamento tripartite do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), no âmbito da Região Ampliada de Saúde Sul;

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.705, de 18 de abril de 2018, que aprova as regras de exceção referentes ao pagamento integral dos Programas Federais, da Rede de Urgência e Emergência regiões pela Portaria GM/MS de Consolidação nº 1, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- a Resolução SES/MG nº 4.099, de 26 de dezembro de 2013, que acresce o Anexo V na Resolução 4.074, de 10 de dezembro de 2013, que aprova as normas gerais de adesão, execução, acompanhamento, controle e avaliação dos Programas Estaduais PROURGE, Unidade de Pronto Atendimento/UPA, Serviço e Atendimento Móvel de Urgência/SAMU, Rede de Resposta Hospitalar, Leitos de Retaguarda, Viva Vida, Hiperdia Minas, Mais Vida e Farmácia de Minas;

- a Resolução SES/MG nº 5.262, de 28 de abril de 2016, que estabelece regras para o funcionamento do processo de acompanhamento dos indicadores previstos em Resoluções Estaduais e dá outras providências;

- a Resolução SES/MG nº 5.983, de 23 de novembro de 2017, que altera a Resolução SES/MG nº 5.233, de 13 de abril de 2016, que aprova os novos indicadores e metas do processo de acompanhamento/monitoramento dos Programas ProUrg, Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24h), Rede de Resposta Hospitalar, Leitos de Retaguarda e Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), componentes da RUE; - a Resolução SES/MG nº 6.193, de 18 de abril de 2018, que estabelece regras de exceção referentes aos Programas Federais, da Rede de Urgência e Emergência regiões pela Portaria GM/MS de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- a Resolução CES/MG nº 016, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2016-2019; e - a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 247ª Reunião Ordinária, ocorrida em 13 de novembro de 2018.

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.705, de 18 de abril de 2018, que aprova as regras de exceção referentes ao pagamento integral dos Programas Federais, da Rede de Urgência e Emergência, regiões pela Portaria GM/MS de Consolidação nº 1, que organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), nos termos do Anexo Único desta Deliberação.

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2018.
NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.814, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018 (disponível no sítio eletrônicowww.saude.mg.gov.br/cib).

14 1165691 - 1

RESOLUÇÃO SES/MG Nº6.481, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018. Altera os artigos art. 6º e 7º e o Anexo III da Resolução SES/MG nº 3.426, de 12 de setembro de 2012, que define os critérios, normas e requisitos para a adesão dos Centros de Especialidades Odontológicas – CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no Estado de Minas Gerais.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 39, da Lei Estadual nº 22.257, de 27 de julho de 2016 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.812, de 13 de novembro de 2018, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.231, de 12 de setembro de 2012, e dá outras providências.

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar os artigos 6º e 7º da Resolução SES/MG nº 3.426, de 12 de setembro de 2012, que passam a vigorar com as seguintes redações: “Art. 6º – O Município pleiteante à adesão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência deverá encaminhar à Secretaria Executiva da respectiva CIR os seguintes documentos:

I – Ofício do gestor municipal de saúde, assinado e carimbado, solicitando à Coordenação Geral de Saúde Bucal/DAB/SAS/MS a aprovação para a adesão do Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, sediado em seu Município à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

II – Termo de Compromisso assinado e carimbado pelo gestor municipal de saúde (Anexo I);

III – Planilha de pactuação das cotas físicas dos procedimentos destinados às pessoas com necessidades especiais de cada um dos Municípios que serão atendidos no CEO (Anexo II), assinada e carimbada por todos os gestores municipais de saúde envolvidos;

IV – Cópia da ata do conselho municipal de saúde aprovando a proposta de adesão e as pactuações das cotas físicas dos procedimentos; e

V – Ofício do gestor municipal, assinado e carimbado solicitando a Homologação pela CIR da proposta de adesão do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência-PCPD e da distribuição das cotas físicas dos procedimentos destinados a cada um dos Municípios da Região de Saúde.

§ 1º – As Superintendências Regionais de Saúde/Gerências Regionais de Saúde e a Diretoria de Saúde Bucal/SES-MG deverão prestar assessoria técnica aos Municípios durante todo o processo.

§ 2º – Em observância aos critérios estabelecidos no art. 3º da Resolução SES/MG nº 5.249, de 13 de abril de 2016, para a base populacional dos Centros de Especialidades Odontológicas – CEO, e ao PDR-MG, nos casos em que um ou mais Municípios da área de abrangência regional do CEO decidir por não pactuar as cotas físicas dos procedimentos para atendimento às pessoas com necessidades especiais, deverá constar na documentação a ser encaminhada, as cópias das Atas dos respectivos Conselhos Municipais de Saúde aprovando a não pactuação das referidas cotas.

§ 3º – A Secretaria Executiva da CIR deverá solicitar o parecer técnico da Referência Técnica de Saúde Bucal da Superintendência/Gerência Regional de Saúde acerca da proposta de adesão e das cotas físicas pactuadas (Anexo III), sendo que o referido parecer técnico deverá ser aprovado pela Coordenação do Núcleo de Atenção Primária à Saúde/ NAPRAS da Superintendência/Gerência Regional de Saúde e pela Coordenação do Núcleo de Redes de Atenção à Saúde/NRAS, da Superintendência/Gerência Regional de Saúde.

§ 4º – Após a Homologação pela CIR da proposta de adesão e da distribuição das cotas físicas de procedimentos pactuadas pelos Municípios para o atendimento às pessoas com necessidades especiais, a Secretaria Executiva da CIR deverá encaminhar o processo completo da documentação para a Secretaria Executiva CIB-SUS/MG, nos termos desta Resolução.”

“Art. 7º – A CSB/DAE/SRAS/SES-MG encaminhará a documentação necessária à Coordenação Geral de Saúde Bucal/DAB/Ministério da Saúde e solicitará a publicação da Portaria Ministerial de adesão do CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.”

Art. 2º – Alterar o Anexo III da Resolução SES/MG nº 3.426, de 12 de setembro de 2012, que passa a vigorar em conformidade com o disposto no Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º – Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação. Belo Horizonte, 13 de novembro de 2018.

NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE
ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 6.481, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018 (disponível no sítio eletrônicowww.saude.mg.gov.br).

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 6.481, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

14 1165708 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.803, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

Homologa a habilitação e a desabilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador que menciona.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;

- a Portaria GM/MS nº 598, de 23 de março de 2006, que define os processos administrativos relativos à gestão do SUS sejam definidos e pactuados no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite;

- a Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre as políticas nacionais de Saúde do Sistema Único de Saúde - Anexo XV: Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Origem: PRT MS/GM 1823/2012);

- a Portaria de Consolidação nº 3, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a Consolidação das normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde - Anexo X – Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) (Origem: PRT MS/GM 1679/2002 e PRT MS/GM 2728/2009);

- a Portaria de Consolidação nº 6, de 28 de setembro de 2017, que trata da Consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Capítulo V – Do financiamento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST) (Origem: PRT MS/GM 2728/2006) e Título III: do custeio da atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar (Origem: PRT MS/GM 204/2007);

- a Resolução CES/MG nº 016, de 12 de dezembro de 2016, que dispõe sobre aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2016-2019;

- a pactuação CIR Pedra Azul nº 23, de 11 de outubro de 2018 – Pactuação do projeto de implantação do CEREST Regional no município de Pedra Azul;

- a pactuação CIR Almenara nº 26, de 11 de outubro de 2018 – Pactuação do projeto de implantação do CEREST Regional no município de Pedra Azul;

- a pactuação CIR Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté nº 611, de 30 de outubro de 2018 – Habilitação do Centro de Referência Municipal de Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte, da Região de Saúde Belo Horizonte/ Nova Lima/ Caeté;

- o Ofício SMS/DV/GS nº 129/2018 do município Divinópolis que manifesta não ter interesse em implantar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, habilitado pela Portaria MS/SVS nº 42, de 28 de dezembro de 2012;

- o Ofício 419/2017/SESAU/PMU do município de Unai que solicita a desabilitação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, habilitado pela Portaria MS/SVS nº 43, de 28 de dezembro de 2012;

- o informe da Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde na 245ª Reunião Ordinária da CIB-SUS/MG; e

- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 247ª Reunião Ordinária, ocorrida em 13 de novembro de 2018.

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar a habilitação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do Município de Pedra Azul e do Centro de Referência Municipal de Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte e a desabilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador dos Municípios de Divinópolis, Diamantina e Unai, no âmbito da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).

DELIBERA:

Art. 1º – Aprovar a habilitação do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) do Município de Pedra Azul e do Centro de Referência Municipal de Saúde do Trabalhador de Belo Horizonte e a desabilitação dos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador dos Municípios de Divinópolis, Diamantina e Unai, no âmbito da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (RENAST).

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 13 de novembro de 2018.

NALTON SEBASTIÃO MOREIRA DA CRUZ
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG

14 1165676 - 1

CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PORTARIA / RES Nº 087/2018

– Substituição de Membro O Chefe de Gabinete, nos termos do inciso III do art. 2º da Resolução SES/MG nº 5121 de 22 de janeiro de 2016, incluído pela Resolução SES/MG nº 5837 de 09 de agosto de 2017, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo-se em vista a solicitação feita, RESOLVE substituir o servidor Artur Araújo de Alcântara, MASP 914.176-3, pelo servidor José Teixeira de Sousa Sobrinho, Masp 1.040.465-5, ambos lotados no Nível central, nas comissões designadas pelas Portarias abaixo indicadas.

Portarias / SES	Publicação no Diário Oficial do Executivo
SAI Nº 096/2017	08 de dezembro de 2017
PAD Nº 034/2018	11 de maio de 2018

Secretaria de Estado de Saúde, Belo Horizonte, 14 de novembro de 2018. Lisandro Carvalho de Almeida Lima Chefe de Gabinete da SES

CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE PORTARIA / SES Nº 088/2018 – Substituição de Membro O Chefe de Gabinete, nos termos do inciso III do art. 2º da Resolução SES/MG nº 5121 de 22 de janeiro de 2016, incluído pela Resolução SES/MG nº 5837 de 09 de agosto de 2017, e com base no artigo 219 da Lei Estadual nº 869, de 05 de julho de 1952, tendo-se em vista a solicitação da Presidente da Comissão e a indicação da Subsecretaria de Gestão Regional, RESOLVE substituir o servidor Osvaldo Kurschus de Oliveira, MASP 368.187-1, na Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela Portaria SES nº 053/2018, com extrato publicado no Diário Oficial do Executivo de 12 de julho de 2018, pela servidora Renata Cardoso Ferreira Vaz, MASP 1421.308-6, passando a presidência da sindicância administrativa para o servidor José Teixeira de Sousa Sobrinho, Masp 1.040.465-5, mantendo-se os demais membros, para condução dos trabalhos até sua conclusão. Secretaria de Estado de Saúde, Belo Horizonte, 14 de novembro de 2018. Lisandro Carvalho de Almeida Lima

Chefe de Gabinete da SES

14 1165560 - 1

ANULA o ato referente à servidora: Masp 0367709-3, Ruth Maria Araújo Oliveira, referente ao 5º quinquênio adm., publicado em 04/01/2017 com vigência em 07/03/2016, em cumprimento à Deliberação Nº 27.268/CAP/18.

CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do artigo 112, do ADCT, da CE/1989, à servidora: Masp 0367709-3, Ruth Maria Araújo Oliveira, referente ao 5º quinquênio adm., a partir de 21/02/2016, em cumprimento à Deliberação Nº 27.268/CAP/18.

14 1165532 - 1

DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº 2.809, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2018.

Aprova as regras de custeio complementar, por meio de ressarcimento de antifúngicos, aos estabelecimentos de saúde do Estado de Minas Gerais, habilitados no Sistema Único de Saúde (SUS) como Unidades de Assistência de Alta Complexidade (UNACON) e Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia (CACON), e aos serviços transplantadores, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- a Lei Estadual nº 13.317, de 24 de setembro de 1999, que contém o Código de Saúde do Estado de Miner Gerais;

- a Lei Estadual nº 22.943, de 12 de janeiro de 2018, que estima as receitas e fixa as despesas do Orçamento Fiscal do Estado de Minas Gerais e do Orçamento de Investimento das Empresas Controladas pelo Estado para o exercício financeiro de 2018;